

-----ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DO
ANO DE DOIS MIL E SEIS:-----

-----Ao vigésimo segundo dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e seis, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----I- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** Acta da Sessão Ordinária de 23/12/2005: apreciação e aprovação;-----

-----**Ponto dois:** Leitura de Expediente;-----

-----**Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

-----II - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----III- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;-----

-----**Ponto dois:** Regimento dos Membros da Assembleia Municipal do Concelho de Odemira (Quadriénio 2005/ 2009): apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto três:** Exposição enviada pelo senhor José Luís Vaquinhas Coelho de Aguiar sobre “Utilização de uma viatura propriedade do Município de Odemira, para fins alheios

àqueles a que se destinam”: apreciação e deliberação;-----
-----**Ponto quatro:** 2ª Modificação Orçamental: 1ª Revisão ao Orçamento da Receita; 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2006: apreciação e deliberação;-----
-----**Ponto cinco:** Protocolo de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia: apreciação e deliberação;-----
-----**Ponto seis:** Tabela de Preços da FACECO 2006 – XVI Feira das Actividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira: apreciação e deliberação;-----
-----**Ponto sete:** Atribuição de Público Louvor ao cidadão António Feliciano Inácio – Proposta N.º 247/2006 P: apreciação e deliberação;-----
-----**Ponto oito:** Atribuição de Público Louvor ao ex-funcionário Municipal, José Manuel Gaspar de Matos – Proposta N.º 248/2006 P: apreciação e deliberação;-----
-----**Ponto nove:** Atribuição de Público Louvor à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira – Proposta N.º 249/2006 P: apreciação e deliberação;-----
-----**Ponto dez:** Eleição do representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho de Odemira, para o Conselho Municipal de Educação de Odemira: apreciação e deliberação;-----
-----**Ponto onze:** Eleição do representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho de Odemira, para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios: apreciação e deliberação;-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----Pelas vinte horas e cinquenta e três minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e dois membros da Assembleia a saber, os senhores

Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, António Manuel de Oliveira Rita Viana, Dinis Manuel Campos Nobre, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Helena Maria Theodora Loermans, Horácio de Oliveira Gonçalves, Humberto Inácio da Encarnação, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, José Manuel Reis Guerreiro, José Júlio Rosa de Oliveira (Secretário da Junta de Freguesia de São Teotónio, em substituição do senhor José Manuel dos Reis Guerreiro, Presidente da Junta), Leonel Nunes Rodrigues, Manuel António Dinis Coelho, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Paula Cristina dos Santos Custódio, Raul José Pinto de Albuquerque Tomás, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma, Valdemar Pacheco Silvestre e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e as ausências dos senhores Augusto Inácio Maria, Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, Diogo Castanheira Vilhena, Fernando José Romão da Silva Valério, José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha e Mário Neves Páscoa Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras.-----

-----Do executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, Carlos Alberto Silva Oliveira e Hélder António Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro e Abílio José Guilherme Bejinha, Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à sessão ordinária realizada no dia vinte e

três de Dezembro do ano de dois mil e cinco, não tinha justificado a falta o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Relíquias. Relativamente à sessão extraordinária, realizada no dia um de Fevereiro do ano de dois mil e seis, não tinha justificado a falta o senhor Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago.-----

-----**I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E TRÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviadas com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a leitura e imediatamente submetida à discussão.-----

-----Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas, que referindo-se à décima oitava página, na vigésima primeira linha, onde se lê: “...Apoio Integral”, devia-se ler: “...Apoio Integrado”. Referindo-se à décima nona página, na segunda linha, onde se lê: “...Apoio Integrada”, devia-se ler: “...Apoio Integrado”, e bem assim na décima sétima linha, onde se lê: “...nomeadamente a terem em consideração”, devia-se ler: “...nomeadamente a ter em consideração”.-----

-----Disse ainda que nas páginas vigésima sexta e vigésima sétima, surgia o nome “Tânia”, com e sem acento circunflexo.-----

-----Por último, relativamente à vigésima sexta página, na décima primeira linha, onde se lia: “...não teriam de indicare”, devia-se ler: “...não teriam de indicar”.-----

-----Estas propostas de alteração foram aprovadas por consenso.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do texto definitivo daquela acta, o qual foi aprovado por maioria, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática

Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal-----

-----**Ponto dois: LEITURA DE EXPEDIENTE:** A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.-----

-----Seguidamente, fez uma chamada de atenção para os seguintes documentos recebidos na Assembleia Municipal:-----

----a) Entrada número duzentos e noventa e quatro, datada de vinte e sete de Dezembro do ano de dois mil e cinco, sobre “Queixas apresentadas por Servipraia – Hotelaria e Turismo, Lda., ao abrigo do art. 16, n.º 1, da Lei 94/99, de 16 de Junho”, enviada pela CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos;-----

----b) Entrada número três, datada de três de Janeiro do ano de dois mil e seis, sobre “Carta de Desporto da Natureza”, enviada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Aljezur;-----

----c) Entrada número vinte e seis, datada de vinte e quatro de Janeiro do ano de dois mil e seis, sobre “TAF BEJA – Procº PA n.º 11/2005 - Arquivamento”, enviada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira;-----

----d) Entrada número vinte e sete, datada de vinte e quatro de Janeiro do ano de dois mil e seis, sobre “Edifício de habitação e comércio em Cerca da Vitória – Vila Nova de Milfontes – Procº 816/05.1 BEBJA – TAF BEJA”, enviada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira;-----

----e) Entrada número trinta e dois, datada de vinte e seis de Janeiro do ano de dois mil e seis, sobre “Processo Quebramar/ Servipraia – Praia da Franquia – Vila Nova de Milfontes”, enviada

pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira;-----

----f) Entrada número quarenta e um, datada de trinta de Janeiro do ano de dois mil e seis, sobre “Rede Natura 2000”, enviada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Aljezur;---

----g) Entrada número cinquenta e quatro, datada de nove de Fevereiro do ano de dois mil e seis, sobre “Processo Quebramar/ Servipraia – Praia da Franquia – Vila Nova de Milfontes”, enviada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira;-----

----h) Entrada número cinquenta e cinco, datada de nove de Fevereiro do ano de dois mil e seis, sobre “Utilização de uma viatura propriedade do Município de Odemira, para fins alheios àqueles a que se destinam”, enviada pelo senhor José Luís Vaquinhas Coelho de Aguiar;-----

----i) Entrada número cinquenta e nove, datada de dez de Fevereiro do ano de dois mil e seis, sobre “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006”, enviada pela AMAGRA;-----

----j) Entrada número sessenta, datada de dez de Fevereiro do ano de dois mil e seis, sobre “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006”, enviada pela AMLA;-----

----l) Saída número duzentos e sessenta, datada de vinte e sete de Dezembro do ano de dois mil e cinco, sobre “Moção sobre Estabelecimento Prisional de Mulheres em Odemira”, enviada às entidades e órgãos de comunicação social solicitados na mesma;-----

----m) Saída número duzentos e sessenta e um, datada de vinte e sete de Dezembro do ano de dois mil e cinco, sobre “Moção sobre Casa Mortuária de Odemira”, enviada às entidades solicitadas na mesma;-----

----n) Saída número seis, datada de nove de Janeiro do ano de dois mil e seis, sobre “Queixas apresentadas por Servipraia – Hotelaria e Turismo, Idª, ao abrigo do art. 16, n.º 1, da Lei 94/99, de 16 de Junho”, enviada à CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos;---

----o) Saída número quarenta e dois, datada de catorze de Fevereiro do ano de dois mil e seis, sobre “Reprodução por meio sonoro da sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Odemira, realizada a vinte e oito de Fevereiro do ano de dois mil e um”, enviada à empresa

Servipraia, Lda.-----

-----Relativamente a este assunto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou da intenção da empresa Servipraia, Lda. em contradizer informações dadas pela senhora Fernanda Fernandes, secretária da Assembleia Municipal, conforme constava no penúltimo parágrafo da exposição entrada com o número cinquenta e seis datada de nove de Fevereiro do corrente ano. Em face do exposto disse que tinha solicitado os devidos esclarecimentos, por escrito, à secretária em causa, a qual elaborou a informação número um, datada de catorze de Fevereiro do corrente ano e que foi dada a conhecer a todos os presentes, e bem assim remetida ao senhor Presidente da Câmara Municipal e à empresa Servipraia, Lda.-----

----Lamentou ainda o sucedido e informou que tinha plena confiança na secretária da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que considerou que as actas eram o “garante” do que se passava nas sessões e não seriam as gravações, pois caso contrário não faria sentido estarem a elaborar e aprovar as actas. Referiu ainda que desconhecia que houvesse legislação referente a esse assunto, pelo que não sabia se estavam a agir da melhor forma, ao se estar a facultar as gravações das sessões da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia que informou que os suportes de gravação sonora eram utilizados, nomeadamente nos Tribunais para auxiliar quem tinha de elaborar actas e nos processos judiciais quando se recorria da matéria de facto. Disse também que, segundo a Lei, a acta deveria reproduzir fielmente o que se passava nas sessões, pelo que, o que faria fé seria a acta.-----

----Por último, considerou ainda que a gravação destinava-se apenas para “fazer luz” ao que constava na acta, para se poder alegar a falsidade da mesma.-----

-----Interveio a senhora Vanda Ribeiro que perguntou se o arquivamento das gravações tinha limite de tempo para esse efeito.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que não havia legislação relativamente ao arquivamento das gravações áudio, e bem assim considerou que elas apenas se destinavam a ser “auxiliares de memória” para quem redigia a acta.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou que não existia Lei que obrigasse a gravação das sessões ou que falasse do seu arquivamento e destruição. Referiu ainda que essa matéria tinha sido objecto de debate na Assembleia da República e não tinham conseguido chegar a uma conclusão, porque havia quem defendia que nem todos os Municípios tinham condições para efectuar as gravações das reuniões, pelo que ficava ao livre critério de cada um. Considerou também que as gravações eram um mero instrumento auxiliar para a acta.

----Por último, referiu que existia apenas um diploma que legislava o arquivo da documentação pública.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que tinha dado entrada no passado dia dezasseis de Fevereiro, um ofício endereçado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual anexava o Relatório Parcelar número dois, da Inspeção Ordinária/ Sectorial ao Município de Odemira. Disse também que o Relatório Parcelar número um, tinha sido remetido directamente pelo IGAT e não mencionava a confidencialidade do mesmo, pelo que nos termos da Lei, tinha sido apreciado pelos presentes, tendo sido deliberado aguardar a decisão do Tribunal.-----

----Relativamente ao Relatório parcelar número dois, informou que vinha referido que o mesmo poderia ser divulgado no âmbito dos Órgãos do Município. Disse ainda que: “Como as sessões da Assembleia Municipal são abertas ao público e como pode estar aqui público, eu não

vou correr o risco do Presidente da Assembleia Municipal ou de qualquer dos membros da Assembleia Municipal poderem vir a ser questionados sobre eventuais quebras de sigilo”. Em face do exposto, informou que o relatório em causa poderia ser consultado junto da secretária da Assembleia Municipal, com a limitação de que não poderia ser fotocopiado, nem poderia ser utilizado qualquer outro meio de captação do seu conteúdo.-----

-----A senhora Maria da Piedade Barradas apresentou a Proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----**“PROPOSTA**-----

-----Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária, abaixo assinados, devido à intervenção proferida pelo membro desta Assembleia Sr. Ricardo Cardoso, na sessão da Assembleia Municipal do dia 23 de Dezembro de 2005, na qual apresentou um desmentido ao protesto apresentado em nome da CDU, na sessão de 30 de Setembro de 2005, dizendo que “o Sr. Presidente da Câmara convidou os promotores do protesto a provar o que afirmavam”, referindo que o senhor Manuel Cruz, ex-membro desta Assembleia, tinha tido uma desatenção muito grave”, pois fazendo parte da Fundação de Odemira deveria saber que a viatura 57-85-QP, da marca CITROEN, se encontrava ao serviço daquela Fundação.-----

-----Entre outras acusações, e para que de uma vez por todas se esclareça o ocorrido “e para que isto não vá cair no esquecimento”, tal como o dizia o membro desta Assembleia Sr. Ricardo Cardoso, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e do art.º 10.º do Regimento desta Assembleia, propomos:-----

-----1 – Que seja constituída uma Comissão Eventual, pelo período necessário para produção de um relatório, que analise com profundidade os factos objecto do protesto apresentado em 30 de Setembro de 2005 pela CDU;-----

-----2 – Que esta Comissão seja constituída por representantes de todas as forças políticas

com assento nesta Assembleia, com respeito pela sua representatividade.-----

-----Odemira, 22 de Fevereiro de 2006-----

-----Os eleitos da CDU”-----

-----O senhor Fernando Encarnação referiu que a ponte sobre o rio Mira, era bastante antiga e tinha sido construída quando o movimento era essencialmente feito por “carros de bestas”, charretes entre outros. Considerou ainda que a ponte continuava igual apesar do desenvolvimento do tráfego. Sabendo que se tratava de uma competência do Instituto de Estradas de Portugal, perguntou se havia alguma informação sobre a mesma, e bem assim sugeriu que fossem colocados semáforos alternativos para o tráfego de veículos pesados, uma vez que não previa que fosse alargado o seu tabuleiro.-----

-----Interveio o senhor José Ribeiro que apresentou os documentos que seguidamente se transcrevem na íntegra:-----

-----**“PROTESTO”**-----

-----Na última sessão extraordinária desta Assembleia que foi requerida pelos eleitos do Partido Socialista aqui representados, o tema em debate foi o Ambiente.-----

-----Pelo Sr. Presidente desta Assembleia foi pedido um pequeno intervalo para que fossem encontrados os tópicos a desenvolver pelo Vereador do Pelouro.-----

-----Dez minutos mais ou menos depois, foi anunciado pelo Sr. Presidente que seriam postas à discussão 3 áreas distintas: Resíduos Sólidos, Drenagem e Tratamento de Esgotos e Sistemas Públicos de Abastecimento de Água.-----

-----É de estranhar que no Diário do Alentejo do dia 27 de Janeiro, já vinha anunciado o que iria à discussão nessa Assembleia.-----

-----Será mau feitio nosso perguntar como é que isto foi possível?-----

-----Odemira, 22 de Fevereiro de 2006-----

-----Os eleitos pela C.D.U.”-----

-----“RECOMENDAÇÃO”-----

-----SOBRE A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 1 DE FEVEREIRO-----

-----Será que o debate dos temas referidos e discutidos fecham a área do Ambiente?-----

-----Nós achamos que não e, consideramos que esta área envolve um vasto conjunto de assuntos que nos preocupam e, que por esse motivo, gostaríamos de ver agendados numa próxima sessão.-----

-----Alguns exemplos do nosso quotidiano merecem-nos uma análise mais profunda.-----

-----Acessibilidades e apoios em muitas das nossas melhores praias, de que são exemplo as praias dos Aivados e Malhão. A frequência das muitas famílias a estas praias são quase uma miragem.-----

-----O acesso a deficientes aos edifícios públicos, como os C.T.T, Repartição de Finanças, Tribunal, alguns passeios e ruas, Caixa Geral de Depósitos e, pasme-se a Câmara Municipal de Odemira.-----

-----Tratamento e embelezamento de alguns imóveis da nossa vila e freguesias. Há edifícios que mais parecem um amontoado de lixo.-----

-----Estas questões aqui enunciadas têm como destino o turismo no nosso concelho.-----

-----Odemira, 22 de Fevereiro de 2006”-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que disse o seguinte: “A primeira questão acho que é válida se, se tiver de apurar alguma verdade, tem de se apurar. A segunda, se calhar a culpa é minha, pensava que poderia marcar uma sessão da Assembleia Municipal por proposta minha, porque não conheço a lei ainda muito bem, mas vou aprendendo”.-----

-----Interveio o senhor Leonel Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, que informou que nos acessos paralelos ao caminho-de-ferro, o aterro tinha ficado muito vertical, o que provocava o infiltramento de água e o desgaste do acesso.-----

-----Por último, perguntou em que situação se encontrava o Bairro Municipal de Pereiras-Gare.-

-----Interveio o senhor Mário Santa Barbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que informou que após a reparação da estrada para o cemitério em Odemira, tinham deixado um poste da electricidade dentro de uma das caleiras para escoamento das águas, o que provocava a acumulação e o desvio de água para a várzea. Referiu também que as valetas da parte superior da estrada junto ao cemitério, entupiam as caleiras inferiores e espalhava a água da chuva na estrada.-----

----Por último, disse que a Junta Autónoma das Estradas se tinha disponibilizado para, juntamente com a Câmara Municipal, rever a situação dos passeios à entrada da Vila de Odemira junto ao chafariz.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que, relativamente ao Relatório Parcelar número dois do IGAT – Inspecção-Geral Administração do Território, referiu que tinham todos de enfrentar a realidade, sem ter medo de ler o documento. Considerou ainda que o carácter sigiloso tinha a ver com o facto da matéria nele contida, estar ainda em fase de análise.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse: “É obvio que, se me dizem que é sigiloso, não sou eu que o vou divulgar. Tenho especiais responsabilidades nessa matéria e portanto ter dito o que disse. Os membros da Assembleia Municipal não estão autorizados a tirar cópia, se as outras pessoas que têm o relatório o quiserem fazer correm por sua conta e risco.-----

----A matéria tem interesse e longe de mim estar a dizer isto para não irem ler o relatório. Acho que os membros da Assembleia Municipal o devem ler, porque diz respeito a todos nós.”-

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referiu que o Largo do Mercado continuava na mesma e que não haviam novidades sobre o assunto, apesar do que tinha sido combinado.-----

----Por último, perguntou sobre a questão da transferência de pessoal para as Juntas de

Freguesia.-----

-----Interveio o senhor Aníbal Simão que informou que existiam uns montes em Vale Pereirinho que não tinham sido incluídos nos projectos de electrificação das zonas das Taipas, e bem assim perguntou em que situação se encontrava o alcatroamento das ruas de Pereiras-Gare.-----

-----Interveio o senhor Raul Tomás que perguntou se poderiam aceder ao plano de actividades da AMLA, e bem assim questionou sobre os responsáveis que estavam a implementar todo o processo de digitalização da Regi. Sobre este assunto, informou que tinha enviado vários mails à Regi, nos quais colocava uma série de perguntas, às quais ainda não tinha obtido qualquer resposta.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que na altura em que tinha havido a problemática das pontes, as de Odemira, Odeceixe e de Vila Nova de Milfontes, tinham sido objecto de ensaios, tendo-se verificado que a ponte de Odeceixe tinha problemas graves nos pilares da estrutura. Em relação à ponte de Odemira informou que segundo os ensaios de estabilidade das fundações e do tabuleiro, não existiam problemas em termos estruturais, apenas o pilar do lado do Miranda tinha um ligeiro assentamento, o que era normal dada a sua antiguidade. Revelou também que iria ser feita uma obra de grande reparação e manutenção da ponte, porém devido ao seu projecto (arcos) não seria possível procederem ao seu alargamento. Quanto à questão dos semáforos, disse que iria colocar a sugestão ao Instituto de Estradas de Portugal.-----

-----Quanto ao Protesto apresentado, considerou que não via qualquer problema na nota de imprensa, uma vez que ela tinha sido no sentido de divulgar a sessão. Revelou ainda que tinham efectuado “dezenas de reuniões com o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina sobre as acessibilidades aos Aivados, Malhão, Lapa de Pombas, Carvalhal entre outros e nunca obtiveram autorização para efectuarem qualquer reparação.-----

-----Concordou com a problemática do acesso dos deficientes aos edifício públicos e referiu que apesar de haver legislação para o efeito, tinha muitas duvidas relativamente à sua aplicação aos edifícios públicos existentes, devido à sua arquitectura.-----

-----Relativamente ao acesso paralelo ao caminho-de-ferro em Pereiras-Gare e à estrada para o cemitério de Odemira, informou que iria transmitir as questões aos serviços responsáveis. Quanto ao Bairro Municipal de Pereiras-Gare, informou que já tinham recebido o parecer da EDP, pelo que brevemente seria presente à reunião do Executivo Municipal.-----

-----Em relação ao Largo do Mercado de São Luís, informou que o Chefe da Divisão de Rede Viária do Município de Odemira lhe tinha explicado que nada do resultado final estaria em causa e que o empreiteiro se tinha enganado nos lancis, mas que iria ser corrigido conforme estava estipulado.-----

-----Relativamente ao pessoal, informou que tinham algumas brigadas desfalcadas, bem como tinham alguns problemas com a contratação de pessoal, dado que o orçamento de Estado limitava despesa.-----

-----Por último, alertou a Assembleia Municipal para uma questão que era de algumas gravidade em termos orçamentais. Disse que: "...estive na unidade de gestão no dia dezassete em Évora, em representação da AMLA e há uma coisa que pode trazer algum escorregadela, derrapagens nos prazos do arranque das obras. É que eles estão a remodelar o apoio ao financiamento. Há obras que nos tinham dito que iam financiar a sessenta e cinco e setenta por cento e agora estão a aparecer aprovadas com cinquenta por cento, o que é uma grande diferença. Pode haver derrapagens na execução."-----

-----Disse também, em relação à Regi, que haviam portais que estavam muito adiantados e outros muito atrasados e referiu que iria solicitar à senhora Gestora, caso fosse possível, o envio dos relatórios intercalares ao senhor Raul Tomás.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que chamou a atenção para os

ofícios que lhe foram enviados pela Câmara Municipal de Odemira, sobre:-----

-----a) Sessão de Esclarecimento sobre Transgénicos, que se realizará no dia três de Abril, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal José Saramago, em Odemira;-----

-----b) Sessão Pública para debater o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, que se realizará no dia dois de Abril, pelas vinte horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal José Saramago, em Odemira;-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, que disse: “Depois de um processo conturbado, conseguimos fechar o processo do nosso Matadouro Municipal. O projecto está aprovado pelo IFADAP e está financiado com a taxa máxima que o AGRO utiliza naquele tipo de projectos que são trinta e oito por cento dos cerca de seiscentos mil contos de investimentos e foi escriturado no sábado, no Cartório Notarial de Odemira, o terreno de implantação do matadouro que é como se previa na freguesia de Vale de Santiago, ao lado das Fornalhas. Assim que nos derem luz verde, iniciaremos o projecto de execução.-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que colocou à apreciação dos presentes, a proposta apresentada pelos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que disse: “A posição do Partido Socialista é que, uma vez que não encontrava sentido na acusação, não faz sentido fazer parte da comissão. Acho muito bem que ela possa existir, mas não tem nada de fazer parte, porque não concorda minimamente com isso”.-----

-----Interveio o senhor Raul Tomás que perguntou se as viaturas da Câmara Municipal e as viaturas das Associações em que a Câmara Municipal era maioritária, tinham algum registo do que andavam a fazer.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que considerou que quando se

metia a política em certas coisas era o pior que poderia haver. Recordou que as viaturas tinham sido compradas pela Câmara Municipal, mas tinham sido entregues à Fundação Odemira, a coberto de uma deliberação do ano de dois mil, onde também estava presente a pessoa que tinha apresentado o protesto da Coligação Democrática Unitária, em que tinha sido aprovada uma proposta de catering às escolas primárias e jardins de infância que incluía a compra de duas viaturas e uma série de equipamentos para operacionalizar a entrega das refeições.-----

----Disse ainda que “essas viaturas sendo compradas pela deliberação da Câmara Municipal e nem a Câmara Municipal nos termos do protocolo tem nada que saber o que é que elas vão fazer, porque sabe que elas por força do protocolo estavam afectas ao serviço de catering, que tem horas para ser feito e períodos livres e que uma entidade com as dificuldades como a Fundação Odemira tem e não tendo outras viaturas, as utiliza naquilo que tem necessidade de fazer”.-----

----Referiu ainda que tinha questionado o Conselho de Administração da Fundação Odemira sobre essa questão, e bem assim disse que ainda não tinha intervindo porque estava à espera das provas que até ao momento não tinham aparecido.-----

----Considerou também que, em nome da franqueza e da transparência, o Partido Socialista deveria apoiar a criação e integrar a Comissão Eventual proposta pela Coligação Democrática Unitária, e bem assim disse que “se ela for para a frente vamos lá ao fundo, porque também não deixa de ser estranho que passado este tempo todo, desde o mandato passado, agora surja aquilo que está no ponto três da Ordem de Trabalhos”.-----

----Por último informou que a Gráfica da Fundação Odemira era o sector mais produtivo, mas só com o equipamento que tinha, muitas vezes recorria a outras gráficas para efectuar certos trabalhos.-----

Referiu ainda: “Não sei se a viatura foi lá buscar propaganda do Partido Socialista, admito que fosse possível que essa viatura fosse buscar esse entre outros trabalhos, porque nós fizemos

aquilo que outras forças políticas não fizeram. Eu estou na Fundação Odemira e ouço o que lá se passa e ouço dizer que há falta de trabalho e que precisam de ter receitas próprias. Eu não tratei de um papel da campanha do Partido Socialista em Odemira. Sei que o Partido Socialista podia ter feito os trabalhos noutros sítios e encomendou a empresas de Odemira uma boa parte da sua propaganda eleitoral. Assim outros tivessem feito, se calhar a Fundação Odemira tinha mais umas receitazinhas. (...) Isso não deveria servir para fazer política, porque se a gente for ao fundo e sobre a questão do peculato, veja-se se formos rigorosos, quem é que é o político atingido e quem ler a lei como ela está, veremos se são os eleitos do Partido Socialista os atingidos. Já houve outros poderes e outros dirigentes e houve gente que quisesse que eu metesse por certos caminhos, com prova e eu não aceitei essa prova, carros a carregar material, funcionários a carregar material e essas pessoas até tinham fotografias, porque moravam ao pé.-

-----Doeu-me e continuam a doer afirmações que se fizeram aqui, especialmente a “do vale tudo” e “dos dinheiros públicos”.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que disse: “Em defesa da honra da Coligação Democrática Unitária e das pessoas que aqui estão, é o meu pedido de uso da palavra, porque não sei o que é que foi dito nessa Assembleia Municipal que foi apresentado esse protesto (...) não conheço as afirmações que agora o senhor Presidente da Câmara Municipal me está a atirar como arremesso, em relação a outros membros que passaram pela Câmara Municipal, pelos Executivos Municipais, com algumas acusações que considero graves e que neste momento não têm razoabilidade nenhuma de serem postas aqui em causa”.-----

-----Disse também “este assunto passou-se num determinado tempo, passou-se, foi um período eleitoral, foi num período que é compreensível e não é a Coligação Democrática Unitária que levanta novamente ou que desenterra este assunto outra vez e o trás à coação. É de facto um membro desta Assembleia Municipal que o trás aqui de uma forma que nós consideramos injusta, até porque não estava presente a pessoa que fazia parte desta Assembleia Municipal, o

que é altamente incorrecto e penso que não tem nada a ver com o assunto que está agendado no ponto três. (...) Entendemos sim que nos assistia o dever de apuramento da verdade para que esta Assembleia Municipal fique de facto no conhecimento concreto do que é a verdade em relação a isto. Nós conhecemos o protocolo perfeitamente, não há que esconder nada absolutamente, por isso é que propomos no concreto para que esta matéria seja clara, transparente e de uma vez por todas se deixe de atirar aqui, como foi feito por um membro, talvez por não ter ainda muitos conhecimentos (...).-----

-----Interveio os senhor Ricardo Cardoso que disse: “A posição não é do Ricardo Cardoso, a posição é a do Partido Socialista que teve uma reunião preparatória antes desta reunião. Queria também aqui dizer ao Vereador Cláudio Percheiro que, de facto, achei piada ao “nós apresentamos”, pelos vistos também faz parte ali do protesto e gostava só de dizer que eu trouxe este assunto aqui, por um motivo muito simples que tive oportunidade de explicar na altura. Era falado ali no Partido Socialista e como sabem eu faço parte do órgão Partido Socialista e quem tratou daquilo tudo fui eu, da papelada, ninguém melhor do que eu para saber qual é a verdade.-----

-----Realmente sou um bocado inexperiente, é verdade, estou aqui há pouco tempo, daqui a uns anos hei-de perceber mais disto. Quis trazer aqui o assunto por um motivo simples, daqui a quatro anos há eleições outra vez e depois podiam dizer que «vi aí umas actas na rua com um protesto e nem desmentiram isto!» (...) Se o assunto morresse, daqui a uns anos toda a gente se esquecia e depois cada um fazia prova daquilo que queria”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu que, com base nas informações que tinha, existia um protocolo celebrado entre a Fundação Odemira e a Câmara Municipal a propósito do transporte e fornecimento de refeições às escolas, em que eram cedidas para uso, eram entregues fisicamente, as viaturas.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da Proposta em causa, a qual foi

aprovada por maioria com cinco votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e catorze abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia.

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----Nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos membros deste órgão, o senhor Presidente da Assembleia interrompeu a sessão para intervalo, pelas vinte e três horas e vinte e cinco minutos.-----

-----Pelas vinte e três horas e trinta e nove minutos, depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos.-----

-----**II – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Interveio o senhor Pedro de Aragão Moraes que disse o seguinte: “Estou aqui em legítima representação da Fundação Odemira enquanto membro do seu Conselho de Administração. A minha intervenção insere-se nesta questão que acabaram os senhores deputados de debater e concluir pela constituição de uma comissão de inquérito, que tem a ver com a questão da viatura. (...) A Fundação Odemira está totalmente disponível para dar a essa comissão todos os esclarecimentos que forem necessários. (...) O que me parece que está aqui verdadeiramente em causa é só e, tão só, se houve da parte da Fundação uma interpretação abusiva ou não de um protocolo que existe. (...) O protocolo abrange a aquisição de um conjunto de equipamentos, no qual, inclui realmente duas viaturas, mas inclui muito mais, inclui a aquisição de mesas para banho-maria para instalar nas escolas, incluía a substituição de um forno na cozinha industrial da cantina da Escola Profissional, incluía a aquisição de um conjunto muito grande de equipamentos de transporte isotérmico, malas isotérmicas, etc.-----

-----Na altura recordo-me perfeitamente que se entendeu que em relação ao equipamento, a

Câmara Municipal subsidiava em dinheiro. Inicialmente até se pensou que em relação às viaturas também, eventualmente, a Câmara Municipal podia subsidiar em dinheiro. Acabou-se por optar ser a Câmara Municipal a comprar as viaturas, porque como os senhores sabem todos, realmente a Câmara Municipal tem condições muito especiais para a compra dessas viaturas e portanto poupava-se dinheiro (...) as viaturas ficavam em nome da Câmara Municipal, mas foram entregues a nós para nosso total usufruto. A Fundação Odemira tinha usufruto integral das viaturas e teria que assumir todos os custos de manutenção, de substituição de pneus, de inspeções, de gasolina, etc. (...)

----A Fundação tem como sua actividade fundamental a formação profissional, mas a formação profissional tal como é subsidiada hoje em dia é uma actividade deficitária (...) dá prejuízo. Em todas as escolas profissionais estão associadas empresas ou estão a desenvolver outras actividades paralelas, para conseguirem ser viáveis (...). Para tentar rentabilizar a Escola Profissional e a Fundação (...) temos duas actividades fundamentalmente a dar dinheiro à Fundação, a ajudarem a Fundação: o Catering e a Oficina Gráfica. (...) Para serem rentáveis nós temos que usar, o melhor possível, os nossos recursos e nesse sentido a Fundação com a leitura que fez desse acordo com a Câmara Municipal tem aproveitado aquelas viaturas o mais possível para as mais diversas finalidades. Felizmente está-nos a correr muito bem o serviço de catering. (...) Em relação à Gráfica, nós fizemos há uns anos atrás um importante investimento em equipamento e nas instalações, mas a nossa gráfica tem algumas lacunas a nível tecnológico (...) temos um acordo com uma gráfica em Lisboa que faz aqueles trabalhos que nós não conseguimos fazer aqui. (...) Ao longo destes quatro anos estas carrinhas têm ido muitíssimas vezes, por ano, buscar trabalhos gráficos lá acima.-----

----Podem dizer que não era para isso que estava previsto. Aí de facto a gente assume, a Fundação assume que está a fazer uma interpretação no sentido lato, mas é só no bom sentido. O custo que esses trabalhos gráficos custariam no transporte é caríssimo. Pouparamos de facto

muito dinheiro ao usar aquelas carrinhas para ir buscar esses trabalhos.-----

----Digo que, de facto, de um leque de trabalhos diversificado que naquele caso o Partido Socialista encomendou à nossa gráfica, de facto haviam algumas peças que nós tecnologicamente não as podíamos fazer aqui e mandámos, de facto, lá fazer em cima. Aconteceu que de facto houve uma circunstância em que uma dessas carrinhas trouxe para baixo, para além de outros trabalhos de outros clientes, trouxe também de facto umas peças de um conjunto mais alargado que o Partido Socialista tinha encomendado à Gráfica da Fundação. (...) Houve um outro partido do nosso concelho que também durante esta campanha, nos pediu um orçamento para fazer um almoço de confraternização ou de apresentação de candidatos. Pediram-nos orçamento e depois esse partido, não sei, talvez porque arranjou uma estimativa mais barata, uma coisa mais em conta, mas nós naturalmente se tivéssemos adjudicado o serviço, nós tínhamos usado também naturalmente essas carrinhas para esse efeito.-----

----Agradeço a vossa disponibilidade e a única coisa que apelo a esta comissão, é que veja qual é que é, de facto, os benefícios que há para a Fundação e para a comunidade de Odemira, desta possível abusiva interpretação da Fundação Odemira, de um protocolo que existe. Queria deixar aqui bem claro que, do nosso ponto de vista, está perfeitamente, quer a Câmara Municipal quer o Partido Socialista em causa, ilibados desta questão.-----

----Muito Obrigado pela vossa atenção”.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este Período da Ordem de Trabalhos.-----

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO QUE VEIO INTRODUIR ALTERAÇÕES À LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE

SETEMBRO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor Raul Tomás que considerou que o presente relatório era extremamente útil, pois tratava-se de uma radiografia importante da actividade da Câmara Municipal. Referindo-se à décima primeira folha do relatório, pediu esclarecimentos acerca do projecto “Diagnóstico Social do Concelho de Odemira”.-----

----Quanto à décima terceira folha do relatório, nomeadamente ao quinto assunto, perguntou sobre o tipo de material que era sujeito a isenção do pagamento de taxa pela utilização. Relativamente à décima quarta folha do relatório, solicitou esclarecimentos acerca da “Fábrica de Óleo de Ricínio Hidrogenado e Resinas Oleoquímicas”.-----

----Perguntou ainda se existia algum regulamento para atribuição de lotes de terreno destinados à fixação de quadros técnicos em funções públicas.-----

----Referindo-se à vigésima sexta folha do relatório, considerou que seria importante que existisse um quadro comparativo com o ano transacto, para verificarem o número de processos entrados e licenças emitidas, nomeadamente se houve um aumento ou uma diminuição dos mesmos.-----

----Considerou também que era importante que o Município tivesse a listagem das máquinas que possuía, conforme constava na vigésima sétima folha do relatório, porém considerava que esse equipamento deveria ser visto como um objecto de produção e seria mais importante que houvesse um quadro com o valor “custo/ hora/ trabalho/ quilometro de cada uma, pois assim seria mais fácil perceber se as máquinas já estavam amortizadas e se estavam a dar rendimento.

----Revelou ainda que não tinha ficado esclarecido relativamente à questão do catering. Por último, relativamente à trigésima terceira folha do relatório, considerou que deveriam vir mencionados os custos fixos, os custos com o pessoal, entre outros. Quanto ao abastecimento de água disse: “ Todos sabemos que as Câmaras Municipais captam mais água que aquela que conseguem vender, porque têm perdas, porque têm muitas fugas nas redes, principalmente nas

zonas antigas dos aglomerados urbanos e eu não vejo aqui nenhum controlo do volume de água que é produzida, provavelmente haverão perdas e eu tinha curiosidade em saber quais são as perdas que há, por sistema”-----

-----Referindo-se à quadragésima folha, solicitou esclarecimentos sobre os concursos para elaboração dos projectos, quem eram os projectistas, a quem eram entregues os trabalhos e quais eram os honorários que eles facturavam, mesmo que esses serviços fossem feitos na Gabinete de Projectos do Município de Odemira.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que referindo-se à trigésima sétima folha do relatório, perguntou o porquê de surgir no quadro das obras municipais a anulação do fornecimento e montagem de duas ETAR's Compactas para Colos.-----

-----Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que referindo-se à trigésima oitava folha do relatório, solicitou esclarecimentos sobre as Piscinas Municipais.-----

-----Interveio o senhor Mário Santa Barbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que perguntou em que situação se encontrava o bibliomóvel.-----

-----Às questões solicitadas, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que sugeriu ao senhor Raul Tomás que combinassem um dia para se deslocar aos serviços do Município de Odemira para inteirar-se de muitas das questões colocadas. Quanto às viaturas, informou que actualmente eram obrigados a fazerem folhas de obra, pelo que seria possível saber o que cada viatura gastava.-----

-----Quanto à aplicação das taxas de utilização, informou que as isenções estavam previstas no regulamento e disse que a ratificação surgia pelo facto do pedido ser feito para um evento que se realizava antes das reuniões da Câmara Municipal. Revelou que nesses casos, o Vereador responsável dava a isenção e levava-a posteriormente à reunião do Executivo Municipal, para ratificação.-----

----Quanto à Fabrica de Óleo de Ricínio, referiu que se tratava de uma posição remetida pela Assembleia Municipal de Sines, que tinha sido levada ao conhecimento do Executivo Municipal. Disse ainda que o documento se encontrava na Câmara Municipal para consulta.----

----Referiu ainda que existia um Regulamento Municipal para Atribuição de Lotes que poderia ser consultado. Quanto às restantes perguntas colocadas pelo senhor Raul Tomás referiu que ia solicitar as respostas aos respectivos serviços, e bem assim informou que os concursos das obras e respectivos projectos eram abertos segundo legislação própria.-----

----Relativamente às Etar's Compactas de Colos, revelou que a anulação derivava do facto da empresa ter falido.-----

----Por último, informou que a parte de construção civil das piscinas municipais estava concluída e o equipamento todo montado, e bem assim informou que, de momento, estava a decorrer a montagem do Posto de Transformação e os arranjos exteriores. Disse ainda que previam a sua inauguração para o final do primeiro semestre do corrente ano.-----

-----Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que informou, relativamente ao Diagnóstico Social que tinha ocorrido o primeiro momento da elaboração do processo. Revelou que tinham ultrapassado já uma primeira etapa que era a do pré-diagnóstico, cujo levantamento tinha sido feito pelo Vereador Carlos Oliveira e se encontrava no site do Município de Odemira, na Rede Social.-----

----Considerou que no processo em causa, era extremamente importante a participação das pessoas e informou que na primeira fase, a metodologia apontava para a participação de vinte e cinco pessoas e tinham participado cinquenta, pelo que pediu desculpas a todas as pessoas que não tinham sido convidados. Referiu também que tinham descoberto áreas temáticas de relevância no território que iriam ser aprofundadas, pelo que se o senhor Raul Tomás quisesse participar, bastaria deixar essa indicação.-----

----Informou também que durante os dias onze a catorze de Maio se iria realizar o Fórum

Social, onde se pretendia fazer uma discussão muito alargada e abordar algumas políticas sociais que, no momento, estavam “em cima da mesa” e eram bastante relevantes para o concelho.-----

----Por último, em relação ao bibliomóvel, informou que actualmente não se encontrava em funcionamento, porque tinham existido algumas dificuldades em termos de recursos humanos, no entanto iriam proceder às revisões necessárias à viatura, para que o mesmo voltasse ao activo, integrado no projecto de Rede Social.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto dois:** REGIMENTO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA (QUADRIÉNIO 2005/ 2009): Foi novamente presente o documento em causa, bem como a acta da reunião do Grupo de Trabalho, datada de vinte e um de Janeiro do corrente ano, na qual constava as alterações sugeridas ao regimento. Ambos documentos ficaram arquivados no maço de documentos da presente sessão.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse: “ O Grupo de Trabalho que foi aprovado pela Assembleia Municipal funcionou, a meu ver, de uma forma excelente, porque numa tarde de sábado, conseguiu-se reunir a unanimidade quanto às alterações propostas e como é do conhecimento geral, já terão aí o texto da acta. Da minha parte quero de facto agradecer a todos sem excepção que se empenharam e produziram um trabalho que me parece muito aceitável”.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que, referindo-se ao artigo vigésimo sétimo da acta da reunião do Grupo de Trabalho, considerou que se deveria substituir a palavra “impreterivelmente” pela palavra “preferencialmente”, de modo a evitar ficarem sujeitos a um horário e a terem de reunir mais do que uma vez, sempre que à uma hora a Ordem de Trabalhos não estivesse esgotada.-----

-----Interveio a senhora Vanda Ribeiro que sugeriu que as sessões da Assembleia Municipal ficassem marcadas para as sextas-feiras, porque a maioria dos membros não trabalharia no dia seguinte.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que considerou que seria “perigoso” marcar uma data concreta, de um dia de semana, para as sessões da Assembleia Municipal. Considerou ainda que as sessões deveriam ser marcadas conforme as disponibilidades, uma vez que estavam sempre dependentes dos assuntos enviados pela Câmara Municipal.-----

-----Interveio a senhora Helena Loermans que propôs que as sessões não fossem marcadas nos dias em que houvesse cinema, porque considerava que se pretendiam trazer mais público à Assembleia Municipal, não deveriam “concorrer com as noites de cinema ou de teatro”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que chamou a atenção para o texto do número dois do artigo décimo primeiro, que considerava confuso devendo-se acrescentar a palavra membros, ficando do seguinte modo: “...por deliberação de maioria absoluta dos membros em efectividades de funções”.-----

-----Referindo-se ao artigo décimo quinto, considerou que não vinha mencionado o facto dos secretários poderem substituir o Presidente da Assembleia, nas suas faltas e impedimentos.-----

-----Por último, considerou que o artigo vigésimo quinto da acta do Grupo de Trabalhos poderia ser ilegal, uma vez que não era o Presidente da Câmara que propunha o agendamento dos assuntos da Ordem do Dia, mas sim o senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que não tinha sido esse o espírito desse artigo. Disse ainda que: “Não havia duvida que o agendamento é do Presidente da Assembleia, nem podia ser de outra maneira. Na prática a maior parte dos pedidos são feitos, de facto, pelo Presidente da Câmara Municipal”.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que sugeriu que fosse substituído o

texto do artigo vigésimo quinto, pelo seguinte: "...agendado pelo Presidente da Assembleia, incluindo propostas da Câmara Municipal ou de qualquer membro da Assembleia..."-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que considerou que, tendo em conta as indicações feitas, o Grupo de Trabalho teria de reunir novamente.-----

-----Em face do exposto, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia, adiar a deliberação deste assunto, tendo em conta as novas contribuições sugeridas para o Regimento, devendo o Grupo de Trabalho reunir novamente.-----

-----**Ponto três:** EXPOSIÇÃO ENVIADA PELO SENHOR JOSÉ LUÍS VAQUINHAS COELHO DE AGUIAR SOBRE "UTILIZAÇÃO DE UMA VIATURA PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA, PARA FINS ALHEIOS ÀQUELES A QUE SE DESTINAM":

Foi presente a exposição em epígrafe, datada do dia oito de Fevereiro do corrente ano, a qual ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que fez o enquadramento do presente assunto referindo: "Esta questão foi suscitada na reunião da Assembleia Municipal datada de trinta de Setembro do ano de dois mil e cinco, conforme consta a folhas sete da acta respectiva e foi um protesto dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária. Nessa mesma reunião, a folhas doze verso da acta respectiva, houve uma primeira intervenção do Presidente da Câmara Municipal sobre esse tema.-----

-----Mais tarde, na reunião de vinte e três de Dezembro do ano de dois mil e cinco, houve uma intervenção do senhor Deputado Ricardo Cardoso, conforme consta das folhas treze e catorze da acta respectiva. Nessa mesma reunião houve também uma intervenção do senhor Presidente

da Câmara Municipal, conforme consta a folhas quinze da acta. Entretanto surgiu a exposição do senhor José Luís Vaquinhas de Aguiar e que naturalmente tinha de ser despachada”-----

----Disse ainda que o assunto não tinha sido mais aprofundado na altura, porque aquando da apresentação do desmentido, o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha solicitado que apresentassem provas, e bem assim referiu que tinha ficado com a sensação que a Assembleia Municipal não tinha sentido uma necessidade de fazer maiores indagações.-----

----Referiu ainda: “Parece-me que o requerente quis ou terá pensado que a Assembleia Municipal estaria a incorrer nalguma ilicitude, porque invoca os preceitos e fala de peculato de uso (...). Face à leitura da exposição e da interpretação da lei e, uma vez que era questionada a Assembleia Municipal, ou seja, se é a Assembleia Municipal que por omissão ou por acção não deu andamento a um assunto que um munícipe entende que pode constituir um crime de peculato de uso (...)”.-----

----Revelou também que ele estava esclarecido desde o início pelo seu contexto, uma vez que o assunto tinha surgido numa altura de campanha e uma determinada força política apontava num sentido e outra apontava noutro. Disse ainda que considerava que o assunto deveria ser presente à Assembleia Municipal, porque qualquer dia estavam a acusá-los de falta de transparência.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que disse: “Já toda a gente percebeu que uma coisa é o que se passou aqui do ponto de vista político e também já toda a gente percebeu o que é que está aqui do outro ponto de vista. São outras guerras!”-----

----Referiu ainda que deveriam “cruzar” o que vinha mencionado no artigo da Lei número trinta e quatro barra oitenta e sete, de dezasseis de Julho, com o protocolo, com cargos políticos e com quem estava responsável pelas coisas. Considerou também que a exposição em causa não tinha nada a ver com o protesto da Coligação Democrática Unitária e as respostas que ele tinha dado.-----

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma que informou que a proposta da Coligação Democrática Unitária não tinha nada a ver com a exposição em causa, pois tratavam-se apenas de “guerras políticas”.-----

-----Interveio o senhor Valdemar Silvestre que considerou que a exposição em causa estava também relacionada com o pessoal do Quebramar e referiu que: “...vamos ter que aturar por muito tempo, enquanto eles não tiverem o problema resolvido, estamos tramados com esta gente. Vêm pedir o CD, a disquete, a cassete e agora uma proposta destas e vêm às sessões e isto nunca mais acaba. Eles são fiscais, são guardas, são tudo. Esta gente tem um objectivo (...).”-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que disse: “Eu penso que a petição que foi feita tem que ter uma resposta clara. Eu sugeria que a Assembleia Municipal deve responder e deliberar no sentido de que no Período Antes da Ordem do Dia houve uma proposta, onde foi constituída uma comissão, portanto não pode ser feita nenhuma apreciação ou qualquer tipo de resposta dado que está aprovado por esta Assembleia Municipal a Comissão Eventual que vai aprofundar toda a matéria e vai produzir um documento, relatório, e que será submetido à apreciação e votação e que será depois enviado aos senhores que fazem a petição”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que iria submeter à votação a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal delibera aguardar os resultados do relatório a produzir pela Comissão Eventual e que seria submetido posteriormente à Assembleia Municipal, conforme proposta aprovada anteriormente”.-----

-----Esta proposta foi devidamente aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia.-----

-----**Ponto quatro:** SEGUNDA MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: PRIMEIRA

REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PARA O ANO DE DOIS MIL E SEIS: Ao dar-se início ao tratamento

deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:-----

-----“2.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 2006: 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 1.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:-

----- Procedeu-se à apreciação da 2.ª Modificação Orçamental relativa ao ano de 2006, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, (POCAL), consistindo na 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, na 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e na 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, e que apresentavam os seguintes valores:-----

-----ORÇAMENTO DA RECEITA:-----

-----Inscrições/Reforços: 27.000,00 € (vinte e sete mil euros);-----

-----Diminuições/Anulações: 2.000,00 € (dois mil euros);-----

-----ORÇAMENTO DA DESPESA:-----

-----Inscrições/Reforços: 344.500,00 € (trezentos e quarenta e quatro mil e quinhentos euros);-----

-----Diminuições/Anulações: 319.500,00 € (trezentos e dezanove mil e quinhentos euros);--

-----PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:-----

-----Inscrições/Reforços: 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros);-----

-----Diminuições/Anulações: 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros);-----

-----Depois de analisados os referidos documentos, que vão ficar arquivados no maço de documentos respeitantes à presente acta, a Câmara Municipal deliberou aprová-los, por

maioria, com quatro votos a favor dos Eleitos pelo Partido Socialista e três votos contra dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, e bem assim, submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, nove votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia.--

-----**Ponto cinco:** PROCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:-

-----“PROCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA:- Pelo Senhor Presidente foi apresentado o Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, que vai ficar apenso ao maço de documentos, respeitante à presente acta.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser remetido à Assembleia Municipal, para apreciação e deliberação.”-----

-----Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que referindo-se ao primeiro artigo do protocolo em causa, disse que não sabia como as Juntas de Freguesia iriam cumprir o articulado, uma vez que não possuíam pessoal técnico em condições de elaborarem projectos, de molde a que pudessem posteriormente ser enviados para

aprovação do Executivo Municipal.-----

----Por último, referindo-se ao sexto artigo, perguntou se poderiam ter esperança da Câmara Municipal poder vir a afectar pessoal às Juntas de Freguesia.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se ao número três do quinto artigo, perguntou se os tinteiros para as escolas estavam ou não incluídos na alínea b) Tecnologias de Informação e Comunicação.-----

-----Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que perguntou para quando poderiam contar com a verba do acordo de colaboração para o investimento.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a intenção, seria mesmo a de afectar pessoal às Juntas de Freguesia, de molde a dar resposta às queixas apresentadas. Disse ainda: “O dinheiro do capital, cerca de metade já lá está, nós faremos o encaixe do restante com a revisão orçamental que encaixa o saldo transitado do ano passado. (...) A data é princípio do mês de Maio, para a transferência.”-----

-----Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que informou que as Tecnologias de Informação e Comunicação referiam-se apenas aos telefones e à Internet, os tinteiros já não se encontravam incluídos.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que relativamente à alínea a) do número três do quinto artigo, perguntou como seria efectuado o processamento das transferências relativas ao transporte que as Juntas de Freguesia faziam para as aulas de inglês.-----

----Considerou ainda que se não fosse incluído nos transportes escolares, as Juntas de Freguesia teriam de passar facturas para poderem receber essa verba, o que poderia “acarretar outros custos” a nível do regime de IVA.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que considerou que o transporte para as

aulas de inglês não deveria ser incluído nos transportes escolares.-----

----Discordou ainda que as Juntas de Freguesia tivessem de indicar à Câmara Municipal as obras ou investimentos que pretendiam fazer, considerando que ao “esmiuçarem” muito onde se iria gastar o dinheiro, iriam criar problemas graves e complicados às Juntas de Freguesia, porque posteriormente o processamento da verba implicaria uma justificação e haveria sempre mão-de-obra, viaturas, materiais que não poderiam ser imputados.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que disse: “Algumas das obras incluem mão-de-obra que é pessoal que existe ao nosso serviço. Em termos de POCAL, para pagar vencimentos só poderemos pagar através da despesa corrente. Se tivermos que afectar aquela verba à despesa de capital, depois a situação fica-nos um pouco apertada para despesa corrente também”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que tinha pedido apenas às Juntas de Freguesia que lhe indicassem o tipo de obras e o tipo de equipamentos. Referiu ainda que não era possível fazerem um acordo de colaboração para uma coisa que não estivesse titulada.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia.-----

-----**Ponto seis:** TABELA DE PREÇOS DA FACECO 2006 – XVI FEIRA DAS ACTIVIDADES CULTURAIS E ECONÓMICAS DO CONCELHO DE ODEMIRA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:-----

-----“FACECO 2006 – XVI FEIRA DAS ACTIVIDADES CULTURAIS E ECONÓMICAS DO CONCELHO DE ODEMIRA – PROPOSTA DE TABELA DE

PREÇOS:- Foi presente a informação n.º 25/2006, datada de 25/01/2006, da Divisão de Desenvolvimento Económico Social, a qual anexava a proposta de preços a vigorar na FACECO do corrente ano e que irá ficar arquivada no maço de documentos respeitantes à presente acta.-----

-----Depois de apreciada a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a referida tabela, devendo submetê-la à apreciação e deliberação da Exm.ª Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º Da Lei n.º 169/99, de 18/09, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia.-----

-----**Ponto sete:** ATRIBUIÇÃO DE PÚBLICO LOUVOR AO CIDADÃO ANTÓNIO

FELICIANO INÁCIO – PROPOSTA N.º 247/2006P: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“PROPOSTA N.º 247/2006 P – ATRIBUIÇÃO DE PÚBLICO LOUVOR E MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO AO CIDADÃO ANTÓNIO FELICIANO INÁCIO:-

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a Proposta, que seguidamente se transcreve:-----

-----“**PROPOSTA N.º 247/2006 P**-----

-----1. Considerando a extraordinária valia de toda uma vida dedicada à cultura, designadamente ao cinema, a que o cidadão odemirense António Feliciano Inácio na sua

actividade profissional, fez questão de se entregar;-----

-----2. Considerando que ao longo de mais de quarenta anos, todo o Concelho de Odemira, o Alentejo e o País, puderam usufruir da magia do cinema, ambulante ou fixo, mas sobretudo o cinema ambulante, graças a alguém que fez dessa actividade a marca da sua vida, tornando-se por isso e muito justamente, uma referência nacional;-----

-----3. Considerando que mesmo as mais recônditas localidades, na sua simplicidade e na dos seus habitantes, jamais deixaram de ver cinema projectado num qualquer armazém ou na rua, teimosamente aí levado pelo “António Feliciano”, muitas vezes com prejuízo financeiro seu e que naturalmente tinha de suportar, mas imbuído pela máxima “que a cultura tem de ser para todos”;-----

-----4. Considerando ainda que mesmo com reais dificuldades, ainda arrajou coragem para construir o sonho da sua vida “ter um cinema meu, onde o cinema fosse rei e a programação não fosse mais uma, mas em que a qualidade imperasse” (sic), o que conseguiu ao executar o Cinema Girassol em Vila Nova de Milfontes;-----

-----5. Considerando por fim e conforme atrás sucintamente se relata, porque muito mais haveria a dizer, que a referida personalidade constitui um exemplo enquanto agente promotor de cultura, que a imprensa local, regional e nacional consagrou, constituindo motivo de orgulho, de prestígio e de exemplo de cidadania, que é justo reconhecer e consagrar,-----

-----**Tenho a honra de propor:**-----

-----**Que a Câmara delibere propor à Assembleia Municipal a atribuição de público louvor ao cidadão ANTÓNIO FELICIANO INÁCIO, e bem assim a sua agraciação com a medalha municipal de mérito, agradecendo-lhe ainda em nome das populações do Concelho de Odemira, da Região e do País, a extraordinária entrega que ao serviço da cultura e ao longo da sua vida profissional e de cidadão tão exemplarmente lhes prestou.--**

-----Paços do Concelho de Odemira, 09 de Fevereiro de 2006-----

-----O Presidente da Câmara Municipal,-----

-----a) - António Manuel Camilo Coelho-----

-----António Manuel Camilo Coelho”-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser enviada à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.”-----

-----De acordo com o número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

-----Votantes: trinta e um;-----

-----Votos a favor: trinta votos;-----

-----Votos (Abstenção): um voto.-----

-----Em face do exposto foi a presente proposta aprovada por maioria.-----

-----O senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, apresentou a Declaração de Voto que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

-----Ao ter conhecimento da proposta feita pelo Sr.º presidente da C.M. Odemira para que fosse prestada o honroso louvor de ser atribuída a Medalha Municipal de Mérito ao cidadão António Feliciano Inácio cuja naturalidade é da freguesia que também é a minha (Sabóia, deste concelho) é com a maior alegria que me associo a tão justo e nobre gesto.-----

-----Conhecendo pessoalmente o António Feliciano que desde criança tal como toda a criançada da época, onde eu me incluía, o fascínio de ver cinema era tal, que sempre que às Aldeias chegava o Homem do cinema Ambulante e rompia a música saía do alto som do alto-falante para que toda aldeia e arredores o ouvisse, estava instalada a alegria nos corações da pequenada e não só, e anunciada mais uma bela noite de serões inesquecíveis, que o homem do

cinema ambulante nos ia proporcionar anunciando ao longo do dia com boa musica e aguçando a vontade às populações para assistir ao filme que trazia para a sessão à noite. Transformando desta forma o pacato viver da aldeia, no seu dia a dia, num dia totalmente diferente cuja maior animação era notória no rosto dos miúdos e graúdos, com mais relevância para os primeiros. O António Feliciano fazia parte destes, mas que desde logo de uma forma destacada o seu entusiasmo e fascínio era tal, que logo que era chegado à aldeia o homem do cinema ambulante para mais uma sessão, lá estava a esperá-lo o miúdo António Feliciano, para ajudar e colaborar com o que fosse possível, tentando a maior proximidade com aquela maquina mágica que desenrolando uma bobine de uma fita plástica projectava numa parede ou num pano, tantas e tantas imagens que contavam as mais delirantes histórias que tantas emoções e reacções diversas causavam a quem a elas assistia. Trazidas pelo homem do cinema ambulante, muito cedo o António Feliciano compreendeu o que significava para a animação das populações e para a cultura a função que desempenhada aquela mágica engrenagem que sempre quis conhecer de perto, de desenrolar bobines e projectar imagens contando as mais diversas e variadas histórias verídicas, ou não, relacionadas com problemas da humanidade. Que desde muito novo tanto o motivou, e o levou a realizar o sonho, talvez de criança que tanto o fascinava.-----

-----1º Proporcionar aos outros, especialmente às crianças, como lhe foi dado a ele, aqueles dias de enorme alegria. A continuidade de ver chegar à aldeia o homem do cinema ambulante, que de imediato a animava com musica para todos;-----

-----2º Que havia de um dia possuir um cinema seu. Tal como refere o ponto quatro da moção, que pelo seu entusiasmo e trabalho e pela sua determinação o sonho realizou-se. Sendo hoje reconhecidamente um homem que dedicou toda a sua vida à divulgação da cultura como refere e muito bem, a moção apresentada pelo Srº Presidente da C.M. no seu ponto cinco.-----

-----Por tudo isto, é que subscrevo na íntegra e por ser do meu conhecimento pessoal, faço

questão de juntar ao meu voto favorável para a proposta de ser agraciado com a Medalha de Mérito Municipal o “cidadão António Feliciano Inácio” esta minha declaração de voto.”-----

-----**Ponto oito:** ATRIBUIÇÃO DE PÚBLICO LOUVOR AO EX-FUNCIONÁRIO MUNICIPAL, JOSÉ MANUEL GASPAS DE MATOS – PROPOSTA N.º 248/2006P: Ao dar-

se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“PROPOSTA N.º 248/06 P – ATRIBUIÇÃO DE PÚBLICO LOUVOR E MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO AO EX-FUNCIONÁRIO MUNICIPAL, EX-SECRETÁRIO DE VEREADOR E EX-VEREADOR JOSÉ MANUEL GASPAS DE MATOS:”- Pelo Senhor Presidente foi apresentada a Proposta, que seguidamente se transcreve:-

-----“**PROPOSTA N.º 248/06 P**-----

-----1. Considerando a dedicação extrema do ex-funcionário municipal, ex-secretário de vereador e ex-vereador **José Manuel Gaspar de Matos** à causa do serviço público nos mais de 43 anos ao serviço do Município de Odemira;-----

-----2. Considerando que ao longo deste período a referida personalidade se notabilizou por uma permanente disponibilidade, competência, entrega às suas funções sempre com enormíssima responsabilidade;-----

-----3. Considerando que enquanto detentor de um cargo de chefia enquanto encarregado geral e posteriormente de um cargo de chefia enquanto vereador, **José Manuel Gaspar de Matos, “o senhor Zeca”** como é conhecido, granjeou um enorme respeito e estima entre todos os funcionários municipais, chefias e cargos dirigentes;-----

-----4. Considerando ainda que mesmo após ter visto concedida a sua justa aposentação, ainda assim não se furtou a prestar serviço público ao ser convidado para desempenhar o cargo de secretário de um vereador municipal, cargo que exerceu com grande entrega e responsabilidade, exercendo por direito próprio o cargo de vereador a tempo completo até às

eleições autárquicas de Outubro de 2005, em que igualmente se distinguiu;-----

-----5. Considerando por fim e conforme atrás sucintamente se relata, porque muito mais haveria a dizer, que a referida personalidade constitui um exemplo enquanto funcionário e cidadão que merece consideração, respeito e agradecimento público,-----

-----**Tenho a honra de propôr:**-----

-----**Que a Câmara delibere propôr à Assembleia Municipal a atribuição de público louvor ao ex-funcionário municipal JOSÉ MANUEL GASPAR DE MATOS, e bem assim a sua agraciação com a medalha municipal de mérito, agradecendo-lhe ainda em nome das populações do Concelho de Odemira os extraordinários serviços que ao longo da sua vida profissional e de cidadão tão exemplarmente lhes prestou.**-----

-----Paços do Concelho de Odemira, 09 de Fevereiro de 2006-----

-----O Presidente da Câmara Municipal,-----

-----a) - António Manuel Camilo Coelho-----

-----António Manuel Camilo Coelho”-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser enviada à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.”-----

-----De acordo com o número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

-----Votantes: trinta e dois;-----

-----Votos a favor: vinte e nove votos;-----

-----Votos (Abstenção): três votos.-----

-----Em face do exposto foi a presente proposta aprovada por maioria.-----

-----A senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís,

apresentou a Declaração de Voto que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“Pelo empenho e dedicação de quase toda uma vida à causa pública, que o Sr. Zeca desenvolveu durante anos e anos, eu quero aqui deixar o meu voto favorável e penso que ele também deve servir um pouco de exemplo às pessoas que sem olharem nem a dias, nem a horas, sempre se dedicaram em prol do povo e das funções que desempenhava com muita verticalidade e com muita dedicação”.-----

-----**Ponto nove:** ATRIBUIÇÃO DE PÚBLICO LOUVOR À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ODEMIRA – PROPOSTA N.º

249/2006P: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“PROPOSTA N.º 249/06 P – ATRIBUIÇÃO DE PÚBLICO LOUVOR E MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS

VOLUNTÁRIOS DE ODEMIRA:- Pelo Senhor Presidente foi apresentada a Proposta, que seguidamente se transcreve:-----

-----“**PROPOSTA N.º 249/06 P**-----

-----1. Considerando o extraordinário exemplo de abnegação, coragem, desempenho e ainda o extraordinário espírito de sacrifício demonstrado pelos bombeiros voluntários, pessoal administrativo e auxiliar, corpos sociais e comando, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira, ao serviço das populações do Município;-----

-----2. Considerando que ao longo dos anos e apesar das dificuldades, sempre a corporação dos bombeiros odemirenses se destacou pelo empenho e profissionalismo com que enfrentou catástrofes naturais como incêndios, cheias, ventos ciclónicos, ou em apoio do próximo com assistência em acidentes, apoio domiciliário, transporte de doentes, apoio às praias ou ainda na formação das faixas etárias mais jovens, principalmente ao nível da formação escolar;-----

-----3. Considerando que é unanimemente reconhecida a competência, entrega e responsabilidades de todos os na sua função contribuem para tornar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira, uma das corporações de bombeiros mais respeitada do Alentejo e do País, prestigiando o Concelho e as suas gentes;-----

-----4. Considerando ainda que o próprio Município através da Câmara Municipal, a tem apoiado das mais diversas formas, principalmente do ponto de vista financeiro e logístico, o que tem levado a um muito melhor desempenho em benefício das populações;-----

-----5. Considerando por fim e conforme atrás em resumo se relata, que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira constitui um exemplo de serviço público que merece reconhecimento, consideração, respeito e justo agradecimento público,-----

-----**Tenho a honra de propôr:**-----

-----**Que a Câmara delibere propôr à Assembleia Municipal a atribuição de público louvor à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira, e bem assim que o seu estandarte seja agraciado com a medalha municipal de mérito, como reconhecimento público que em nome das populações do Concelho de Odemira o Município entende distinguir os extraordinários serviços prestados.**-----

-----Paços do Concelho de Odemira, 09 de Fevereiro de 2006-----

-----O Presidente da Câmara Municipal,-----

-----a) - António Manuel Camilo Coelho

-----António Manuel Camilo Coelho”-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser enviada à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois

votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto dez:** ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE ODEMIRA, PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE

EDUCAÇÃO DE ODEMIRA: Foi presente o ofício número três mil cento e oitenta e sete, datado de nove de Fevereiro do corrente ano, enviado pelo Senhor Presidente do Conselho Municipal de Educação de Odemira, o qual solicitava a eleição do representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Odemira, para o Conselho Municipal de Educação de Odemira, nos termos da alínea d) do artigo quinto do Decreto-Lei número sete barra dois mil e três, de quinze de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Lei número quarenta e um barra dois mil e três de vinte e dois de Agosto.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que apresentou como proposta do Partido Socialista, o senhor Humberto Inácio Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta.-----

-----De acordo com o número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

-----Votantes: trinta e dois;-----

-----Votos a favor: vinte votos;-----

-----Votos (Abstenção): doze votos.-----

-----Em face do exposto foi eleito por maioria, o senhor Humberto Inácio Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador.-----

-----**Ponto onze:** ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS

DE FREGUESIA DO CONCELHO DE ODEMIRA, PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE

DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS: Foi presente o ofício número três mil

seiscentos e trinta e dois, datado de dezasseis de Fevereiro do corrente ano, enviado pelo

Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual solicitava a eleição do representante dos

Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Odemira, para a Comissão Municipal de

Defesa da Floresta Contra Incêndios, nos termos da alínea b) do número um do artigo quinto do

Decreto-Lei número catorze barra dois mil e quatro, de oito de Maio.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que apresentou como proposta do Partido

Socialista, o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Relíquias.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta.-----

-----De acordo com o número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A barra dois

mil e dois, de onze de Janeiro que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e

nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, procedeu-se à votação por escrutínio

secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

-----Votantes: trinta e dois;-----

-----Votos a favor: dezanove votos;-----

-----Votos (Abstenção): treze votos.-----

-----Em face do exposto foi eleito por maioria, o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente

da Junta de Freguesia de Relíquias.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e

dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove

barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as

deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezanove

votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros

eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas duas horas e trinta minutos.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO,-----